LIBRAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Maria Eloísa Borges de Andrade[1]
Pedro Thiago Andrade de Simões [2]
Hellé Nice Domingues Terrível[3]

RESUMO: A educação inclusiva é uma realidade cada vez mais presente e desafiadora para o sistema de ensino brasileiro no que diz respeito a criação de condições apropriadas para a formação cidadã e a inserção social de sujeitos historicamente separados do convívio social, como os surdos. O objetivo deste estudo foi revisar a produção científica nacional sobre a função da Língua Brasileira de Sinais no sistema de educação inclusiva dos surdos, com corte cronológico entre 2006 a 2021. Pesquisa bibliográfica realizada através da apuração de artigos disponíveis na BVS e SciELO, os quais foram analisados por meio da análise de Bardin. Foram selecionados um total de 14 artigos e os resultados sugerem que a educação inclusiva vem ocasionando a inserção do bilinguismo no sistema de ensino e o reconhecimento coletivo da Língua Brasileira de Sinais é um fator fundamental para o arranjo de condições facilitadoras da integralidade do desenvolvimento do aluno surdo.

Palavras-chave: Inclusão educacional. Língua de sinais. Surdos.

1 INTRODUÇÃO

A educação pode viabilizar a integração do indivíduo no contexto histórico, social, político e econômico onde está inserido. Além disso, permite um desenvolvimento ético, moral, intelectual que carrega uma importante carga psicossocial para o pleno exercício da cidadania (SILVA; FERREIRA, 2014). No Brasil, com a finalidade de potencializar o desenvolvimento dessa função social e o preparo para o trabalho, a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito a educação, direito este que mais tarde influenciaria fortemente a

[1] Acadêmica do 10 º semestre do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Anísio Teixeira (FAT) de Feira de Santana, Bahia. E-mail: mariaeloisaborgesdeandrade@gmail.com.
[2] Acadêmico do 10 º semestre do curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Anísio Teixeira (FAT) de Feira de Santana, Bahia. E-mail: pedrothiago1225@gmail.com.
[3] Mestra em ciências (USP), Licenciada plena em educação física (USP), Especialista em psicomotricidade (UCM/RJ). Atua como docente dos cursos de Educação física, Biomedicina, Psicologia e Fisioterapia da instituição de ensino superior Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana, Bahia. E-mail: nicete@alumni.usp.br.

promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 2008).

Desenvolver os tipos de saber existentes em uma cultura, conforme as condições e necessidades de sua sociedade, embora seja a finalidade da prática social chamada Educação, é, também, um meio de mudança e transformação social (BRANDÃO, 2015). O contexto sócio-histórico dessa prática aqui no Brasil foi marcado pela garantia de acesso por uma população restrita, porém, majoritária, cuja característica fundamental estava pautada no uso da língua fala e audível, em outras palavras, no oralismo. Circunstância essa que foi por muito tempo desarticulada com a oferta de um processo educativo que contemplasse as especificidades de outra parcela da população, os surdos (RODRIGUES; GONTIJO, 2017).

A percepção da ausência de uma proposta decisiva de inclusão nas unidades escolares visando contemplar questões associadas à sensibilidade e a capacitação dos componentes desse contexto, bem como ao acesso e permanência dos alunos surdos na escola, além da conciliação das suas especificidades biopsicossociais e de linguagem evocou um movimento de incentivo a mudanças no paradigma estigmatizante sobre a população surda. A luta contra o assistencialismo na educação se transformou no reconhecimento da surdez como diferença e a língua de sinais como sua expressão comunicativa genuína, sensibilizando um processo de incorporação de práticas educativas bilingues que pudessem construir espaços onde os surdos viessem a tornar-se sujeitos de transformação social (THOMA; KLEIN, 2010).

A educação inclusiva é uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino nacional, já que o direito a educação não se restringe apenas ao acesso à escola, mas também a inclusão em todos os âmbitos, visando garantir a participação, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência auditiva enquanto sujeitos. A política inclusiva tem como objetivo adaptar as escolas para que possam receber de maneira adequada todos os alunos classificados como deficientes, em consonância com o modelo social segundo o qual não existem pessoas deficientes, e sim uma sociedade deficiente, que exclui indivíduos representados como sendo anormais (OLIVEIRA et al. 2013).

Motta (2012) disserta que apesar do fato de as políticas de inclusão serem menos ou mais atuantes, elas expressam como os sujeitos surdos alcançados podem ter suas histórias pessoais marcadas por reflexos positivos no que é relacionado ao grau de autonomia e de iniciativa de inserção social, sendo a interação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no

contexto escolar um elemento fundamental para esse processo. A noção de inclusão envolve o princípio de que todo indivíduo que esteja no mesmo ambiente terá o aprendizado formatado naturalmente a partir da presença da diferença, seus desafios e seus potenciais, o qual encontrará a organização escolar preparada para o fomento dessa convivência.

Dessa forma, justifica-se a realização desta pesquisa pela necessidade de atualização sobre o cenário brasileiro contemporâneo relativo ao *status* do uso da LIBRAS no processo de inclusão de pessoas surdas na escolarização e os seus desdobramentos. Assim, clarificar essa circunstância possui sua relevância científica na medida em que pode fornecer uma atualização sobre esse tema, o que por sua vez indica ser relevante para orientar as práticas vigentes de modo que sejam decisivas em suas propostas. Portanto, esta pesquisa teve como objetivo geral revisar a produção científica nacional sobre a função da Língua Brasileira de Sinais no sistema de educação inclusiva dos surdos, com corte cronológico entre 2006 a 2021.

2 METODOLOGIA

O delineamento desta pesquisa foi construído a partir do referencial bibliográfico. Foi realizada a apuração do tema na literatura brasileira por meio de artigos publicados entre 2006 a 2021. Foram incluídos nesta pesquisa os artigos escritos em português e integralmente disponíveis, não foram incluídos àqueles duplicados. Optou-se por realizar a revisão nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Como apresentado no Quadro 1, a catalogação da amostra foi mediada pela associação das palavras-chave: Educação inclusiva, Inclusão educacional, LIBRAS, Língua de sinais e Surdos, registradas Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo que esta foi realizada do mesmo modo nas duas bases de dados supracitadas e as etapas subsequentes também. Ao final, foram obtidos 14 artigos. Paralelo a leitura exaustiva da amostra, foram agrupas informações retiradas de cada artigo, as quais foram analisadas pela análise de Bardin (2011). Esta pesquisa procurou obedecer aos princípios éticos da Lei de direitos autorais n° 9.610, de 1998.

QUADRO 1. SISTEMATIZAÇÃO DA SELEÇÃO DOS ARTIGOS REALIZADA NA BVS E SCIELO.

ETAPAS	BASE	SELECIONADOS	EXCLUÍDOS
Alinhamento dos descritores Inclusão educacional AND Surdos AND Libras Educação inclusiva AND Língua de sinais AND Libras	BVS	40	-
	SciELO	46	-
Filtragem Disponível Língua Portuguesa Publicados entre 2006 e 2021	BVS	33	7
	SciELO	40	6
Leitura do título e resumo	BVS	7	26
	SciELO	7	33

Fonte: Construído pelos autores (2021).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o agrupamento da amostra representativa deste estudo, ao observar a descrição dos dados no Quadro 2 pode-se averiguar que houve uma diferença pequena entre o tempo de publicação dos artigos desde o ano de 2006 ao ano de 2021. Inclusive, a maior parcela de publicações por ano compreendeu o período de 2014 a 2015. Além disso é possível notar também que durante os últimos quinze anos foram publicados estudos com delineamento de pesquisa qualitativa (n=9) na BVS e na SciELO, sendo os seus enfoques direcionados para a compreensão interseccional das variáveis envolvidas na interação entre surdos e o contexto educacional, especialmente o inclusivo.

QUADRO 2. DESCRIÇÃO DOS ARTIGOS OBTIDOS NA BVS E NA SCIELO.

Autor - Ano	Objetivos	Delineamento
PEIXOTO, R. C. 2006	Propõe uma reflexão psicolinguística sobre as construções conceituais de crianças surdas no que diz respeito à escrita.	Qualitativo
MARTINS, D. A. 2007	Apresentar uma resenha sobre o quarto volume da obra "pontos e contrapontos".	Resenha
FRANCO, M. 2009	Apresentar um ensaio acerca da experiência em curso do Instituto Nacional de Surdos (INES), na implantação do Instituto Superior Bilíngue de Educação (ISBE).	Teórico-reflexivo

ASPILICUETA, P. et al. 2013	Visa à descrição da linguagem utilizada por e com alunos surdos em contexto inclusivo, focalizando ambientes escolares distintos: um exclusivamente ouvinte, com presença de apenas uma aluna surda em toda a escola; e outro em que há concentração de alunos surdos na mesma escola.	Qualitativo
MALLMANN, F. M. et al. 2014	Investigar, a partir do olhar da equipe educacional, as práticas pedagógicas no Ensino Médio e Ensino Profissionalizante quando tem em sala de aula alunos surdos.	Qualitativo
VARGAS, J. S. GOBARA, S. T. 2014	Apresenta uma análise das interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em sala de aula, além do papeis desses sujeitos no processo de inclusão do aluno surdo.	Qualitativo
SILVA, C. M. SILVA, D. N. H. SILVA, R. C. 2014	Identificar o que dizem os alunos surdos sobre as estratégias pedagógicas empregadas ao longo de sua escolarização, quais docentes marcaram suas trajetórias escolares e por que isto se deu.	Qualitativo
NUNES, S. S. et al. 2015	Debater as questões que envolvem a escolarização do sujeito surdo, contribuindo para as propostas sobre a educação do surdo.	Teórico-reflexivo
SALES, E. R. PENTEADO, M. G. MOURA, A. Q. 2015	Discute um processo de negociação de sinais em Libras, em aulas de matemática, com base em atividade de ensino realizada com estudantes surdos dos anos iniciais do ensino fundamental de uma escola da rede pública de ensino.	Qualitativo
RIBEIRO, C. B. SILVA, D. N. H. 2017	Refletir sobre os processos de escolarização de sujeitos surdos.	Qualitativo
FERNANDES, S. MOREIRA, L. C. 2017	Discutir o processo de educação bilíngue de estudantes surdos no ensino superior, apresentando ações desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com destaque às contribuições trazidas ao processo de letramento acadêmico bilíngue nos cursos de graduação e pós-graduação.	Teórico-reflexivo
SILVA, C. M. et al. 2018	Entender o que os profissionais da escola dizem sobre o papel dessa língua.	Qualitativo
SANCHES, I. R. SILVA, P. B. 2019	Compreender o processo de inclusão dos estudantes surdos no curso de graduação em Pedagogia, no ensino superior brasileiro.	Qualitativo
SILVA, K. A. et al. 2020	Analisar, sob a perspectiva dos direitos humanos e da educação inclusiva, o processo de inclusão educacional de alunos/as surdos/as no Distrito Federal.	Documental

Fonte: Construído pelos autores (2021).

Portanto, da conjugação dos dados relevantes extraídos da amostra deste estudo, a partir das etapas relativas à análise de Bardin, foi sintetizada uma gama de classificações

coincidentes com a função que a LIBRAS exerce na construção de um contexto inclusivo para a formação educacional de alunos surdos. Dessa forma, a partir das classificações foram obtidas duas dimensões temáticas que serão exploradas a seguir.

3.1 A dimensão político-prática da educação inclusiva na atualidade brasileira

Após anos erguido a base de práticas e políticas oralmente orientadas, o cenário educacional brasileiro vem sendo atravessado por um processo de mudança de paradigma relativo, cujas pessoas tem direito a educação formal, muito encabeçado por lutas político-ideológicas que colocaram em pauta a exclusividade ao seu acesso por pessoas oralizadas e invisibilização das pessoas surdas. Processo este que trouxe à tona uma reconfiguração dos modos de relações humanas que antes eram vistos a partir da hierarquização e etnocentrismo, agora encaminham para o reconhecimento da integralidade no processo de formação humana e a reinserção de práticas pela apropriação da diferença (FRANCO, 2009; PEIXOTO, 2006; NUNES et al., 2015).

Embora todo esse movimento venha produzindo a intensificação do processo de educação inclusiva através do fortalecimento de modelos educacionais embasados no bilinguismo, desde a última década, está orientado pelo reconhecimento da surdez como diferença e oficialização da língua de sinais como linguagem própria das pessoas surdas. Além de necessitar estar presente na educação, o cenário atual ainda apresenta desafios importantes (MARTINS, 2007).

Nesse sentido, Ribeiro e Silva (2017) relatam que a concretização plena da educação inclusiva encontra a primeira barreira na capacitação defasada daqueles que atuam nas escolas, especialmente professores e pedagogos quanto ao conhecimento, e entendimento proficiente da LIBRAS. Entrave este que mina a comunicação com pessoas surdas e evoca variadas tentativas de contrabalanceamento por meio do uso de instrumentos comunicativos variados para alcançar esse público. Por outro lado, Silva et al. (2020) complementam que a maior parte das escolas brasileiras não possuem ainda intérpretes de LIBRAS capacitados, além de existir uma oferta de cursos e certificados relativos a língua de sinais incipientes no Brasil.

Entretanto, os empecilhos ao avanço da educação inclusiva se refinam a partir do nível da capacitação e se estendem para a dimensão da apropriação teórico-reflexiva. Então, há por parte dos profissionais um baixo envolvimento em pautas/projetos pedagógicos que levantem as minúcias geradas pela inserção do alunado surdo nas classes regulares, com o status que a LIBRAS possui no desenvolvimento do surdo, com as particularidades da surdez e com o estabelecimento de estratégias decisivas para o processo de construção integral dos surdos no cenário educacional (ASPILICUETA, 2013; MALLMANN, 2014; SILVA et al., 2018).

Por outro lado, Franco (2009) e Nunes et al. (2015) enfatizam que a escolarização dos alunos surdos está repleta de controversas teórico-políticas e práticas. Na dimensão teórico-política, há a coexistência de variados modelos baseados em educação bilíngue pela ausência de consenso sobre a sua epistemologia e a inexistência de uma diretriz já estabelecida de como deva ser a educação de surdos. Já na dimensão prática, embora o estado caminhe para o bilinguismo, ainda existe uma infraestrutura institucional não planejada e insuficiente para atender as necessidades dos surdos e o processo de ensino-aprendizado é predominantemente tradicional e desarticulado com a realidade dos alunos.

Além disso, a realidade das escolas regulares brasileiras é demarcada frequentemente pelo enquadramento do alunado surdo nas normatizações incompatíveis com a sua condição, indicando que questões culturais, curriculares e institucionais não são transformadas e a LIBRAS, quando inserida nesses contextos, assume um enfoque assistencialista. Esses elementos indicam incompatibilidades relevantes entre discursos e práticas educativas com o movimento da educação inclusiva nacional (SALES; PENTEADO; MOURA, 2015).

Ainda nesse sentido, Fernandes e Moreira (2017) ampliam as incompatibilidades nesse cenário alinhando o ensino regular ao ensino superior. Os autores argumentam que a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) para surdos é bastante ambígua em relação aos direitos linguísticos desses sujeitos nestas etapas. Também expressam que o modelo do atendimento educacional especializado (AEE), tal como proposto, ainda opera no paradigma hegemônico da compreensão da surdez como deficiência auditiva. Por fim, enfatizam que há uma importante ausência de clarificação dos objetivos que direcionam as políticas públicas de educação inclusiva.

Não obstante, o contexto de educação inclusiva ainda é atravessado por uma distância entre o que as diretrizes governamentais deliberam e o que acontece o ambiente escolar.

Assim, há a predominância da ausência de oportunidades relativas às condições correspondentes com a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos surdos, os quais se extrapolam para alcançar a dimensão da apropriação relacional, ou seja, o grau de envolvimento da comunidade escolar com o universo surdo. Em vista disso, a interação social efetiva no espaço da escola por pessoas surdas é minada pela presença da representação dos docentes sobre as diferenças de língua como um empecilho e a rejeição dos colegas (RIBEIRO; SILVA, 2016).

Por outro lado, há contextos escolares marcados por uma terceirização de responsabilidade sobre o contato e o estabelecimento da comunicação com os surdos. No que diz respeito ao ensino-aprendizado, em meio a despreocupação dos professores sobre a mobilização desse processo nos alunos surdos, há um deslocamento da sua monitoração aos intérpretes, os quais acabam assumindo responsabilidades incompatíveis com suas atribuições. Além disso, a capacitação defasada dos professores, em sua maior parcela, denuncia outra realidade possível de ser encontrada na educação regular: os alunos ouvintes, muitas vezes, assumem o papel de facilitadores da comunicação entre professores e surdos (SILVA; SILVA; SILVA, 2014).

Portanto, esse conjunto de informações indicam que as estruturas políticas e práticas do cenário educacional inclusivo brasileiro é marcada por importantes avanços, cuja mudança de paradigma enfrenta igualmente muitos desafios e levanta controvérsias importantes para alimentar a consolidação desse movimento. Nesse sentido, o uso da LIBRAS se insere nesse debate como um elemento que anuncia a possibilidade de canalização das transformações necessárias para uma educação bilingue integral e efetivamente inclusiva.

3.2 O *status* que a LIBRAS assume na potenciação do paradigma educacional inclusivo

Sendo um dos alicerces fundamentais da vida em sociedade, a educação formal estabelece um sistema de referência ativamente influente no desenvolvimento dos sujeitos, bem como na sua inserção no convívio coletivo para além das relações familiares. Além disso, possibilita o refinamento de repertórios éticos, morais e intelectuais que preparam cada indivíduo para os desafios inerentes as suas próprias vidas e para aqueles próprios do convívio social. Dessa maneira, a educação formal tem sua amplitude de influência ampliada para além

da dimensão de ensino-aprendizado, oferecendo aos indivíduos um contexto construído coletivamente para o desenvolvimento de suas particularidades e inserção social (SILVA; FERREIRA, 2014).

No Brasil, as transformações desencadeadas pela desafiante mudança do paradigma oralista para o paradigma do bilinguismo, encabeçada pela crescente presença de pessoas surdas no sistema de educação formal, revelou a emergência da participação da LIBRAS nesse contexto. Língua esta que sendo constituinte da comunidade surda, que a situa no mundo e entre si, quando inserida nas práticas educacionais, configura um sistema de referência linguístico para o surdo que assume um papel modelador na sua apreensão e apropriação de outras formas de comunicação, incluindo a língua portuguesa escrita (PEIXOTO, 2006).

Quando seguida de uma apropriação coletiva, a LIBRAS tem o potencial de descontextualizar as dimensões educacionais na medida em que transforma a vivência do surdo no contexto escolar e provoca reflexões críticas sobre práticas instituídas, indicando inapropriações nas pautas educacionais e ajustes nas metodologias de ensino endereçados pela incorporação da concepção bilinguista. Além disso, contribui para um contexto onde o sujeito surdo e a sua cultura possam ser validados e representados, aumentando a troca semiótica, alinhando a escola com o AEE e expandindo o alcance teórico-reflexivo da LIBRAS para outros sujeitos em contato com a escola (FERNANDES; MOREIRA, 2013; NUNES et al., 2015; SILVA et al., 2018; SALES; PENTEADO; MOURA, 2015).

Esse movimento enriquece o contexto de educação formal do surdo criando condições para o aperfeiçoamento do ensino-aprendizado a partir da proficiência do professor e a construção de sinais coletivamente compartilhados. Estes em conjunção com recursos visuogestuais e a presença do intérprete ampliam os eixos comunicativos, promovendo a circulação e o acesso a gêneros textuais diversos também em LIBRAS, bem com uma melhor interação entre o alunado surdo com os seus pares e os ouvintes. A validação linguística da diferença daí derivada tende a assegurar um engajamento decisivo dos sujeitos envolvidos na melhora da escolarização (RIBEIRO; SILVA, 2016; SILVA; SILVA; SILVA, 2014).

Além disso, com a inclusão prática e teórico-reflexiva da LIBRAS como primeira língua no cotidiano educacional do aluno surdo, a extensão do seu ensino para a comunidade escolar e sua devida apropriação, levando ao reconhecimento da identidade e cultura própria

desse sujeito, há um estímulo à validação coletiva da diferença. Inclusive, esta pode sensibilizar transformações nas políticas governamentais de educação. Desse modo, a interseccionalidade educacional torna-se elemento chave a partir da participação efetiva da língua de sinais na realidade bilingue da escola (ASPILICUETA et al., 2013; FERNANDES; MOREIRA, 2017; SILVA et al., 2020).

Para Cardoso (2006), todas as crianças deveriam aprender juntas, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. O processo inclusivo envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão e pode significar uma verdadeira revolução educacional. Assim, as escolas inclusivas devem acomodar tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurar uma educação de qualidade para responder às diversas necessidades de seus alunos (UNESCO, 1998).

Estas proposições encontram capilaridade na LDB, já que esta trata-se de um instrumento normativo cuja prescrição defende que os sistemas de ensino devem oferecer condições, recursos e organização específicos para atender as necessidades do alunado, considerando as características particulares de cada sujeito e suas condições de vida relativas. Considera que a educação inclusiva é parte inseparável dos direitos humanos fundamentais (BRASIL, 1996).

Em vista disso, Peixoto (2006) enfatiza que a reunião de elementos humanos, institucionais, políticos e práticos reposiciona a LIBRAS como uma língua ativa e presente na realidade educacional. A considera um fator fundamental no desenvolvimento psicossocial, na apropriação de aspectos culturais e na aquisição e entendimento de conhecimentos amplos pelo aluno surdo de modo a contribuir para a sua formação como pessoa e cidadão. Nesse sentido, a contextualização da língua de sinais no contexto educacional inclusivo tem o potencial de oferecer condições para a proximidade experiencial dos surdos com seus pares e os ouvintes de uma maneira integral.

4 CONCLUSÃO

Diante do complexo processo de elucidação das perspectivas produzidas na literatura dos últimos 15 anos sobre a função da LIBRAS no sistema de educação inclusiva para os

surdos, os resultados desta pesquisa sugerem que a educação inclusiva em sua dimensão política e prática no Brasil vem provocando uma progressiva inserção do bilinguismo no processo de formação cidadã, especialmente de sujeitos surdos. Porém, está sendo atravessada por desafios e entraves teórico-práticos importantes que diminuem a sua capilaridade no contexto social.

Por outro lado, a literatura indica que o uso contextualizado e apropriado coletivamente da LIBRAS é um fator fundamental para a criação de condições facilitadoras da integralidade do desenvolvimento do surdo na escola. Desse modo, este estudo tem como limitação a amplitude de aspectos abordados da relação entre a LIBRAS e a educação inclusiva e, que por ser mais geral, deixa de explorar cada um deles em suas especificidades. Neste sentido, para as próximas pesquisas recomenda-se investigar as iniciativas político-econômicas vigentes para o desenvolvimento das práticas de educação inclusiva no cenário brasileiro.

LIBRAS AND INCLUSIVE EDUCATION IN THE CONTEMPORARY BRAZILIAN CONTEXT: A BIBLIOGRAPHIC REVIEW

ABSTRACT: Inclusive education is an increasingly present and challenging reality for the Brazilian education system regarding the creation of appropriate conditions for citizenship education and the social inclusion of subjects historically separated from social life, such as the deaf. The objective of this study was to review the national scientific production on the role of the Brazilian Sign Language in the inclusive education system for the deaf, with a chronological cut between 2006 and 2021. This bibliographic research was carried out through the investigation of articles available in the BVS and SciELO databases, which were analyzed using Bardin's analysis. A total of 14 articles were selected and the results suggest that inclusive education has led to the insertion of bilingualism in the education system and the collective recognition of the Brazilian Sign Language - LIBRAS is a fundamental factor for the arrangement of conditions that facilitate the integrality of the deaf student's development.

Keywords: Educational inclusion. Sign language. Deaf.

REFERÊNCIAS

ASPILICUETA, Patricia et al . A questão linguística na inclusão escolar de alunos surdos: ambiente regular inclusivo versus ambiente exclusivamente ouvinte. **Rev. bras. educ. espec.**,

Marília, v. 19, n. 3, p. 395-410, Sept. 2013. https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000300007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, Ed. 46º, 2005.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 19 mai. 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: DF, 2008.

CARDOSO, M. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão à Inclusão – Uma Longa Caminhada. In: STOBÄUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (org.). **Educação Especial:** em direção à Educação Inclusiva. Porto Alegre: Edipucrs, p.15-26, 2006.

FERNANDES, Sueli; MOREIRA, Laura Ceretta. Políticas de educação bilíngue para estudantes surdos: contribuições ao letramento acadêmico no ensino superior. **Educ. rev.**, Curitiba, n. spe.3, p. 127-150, 2017. https://doi.org/10.1590/0104-4060.51048.

FRANCO, Monique. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 15, n. 1, p. 15-30, Apr. 2009. https://doi.org/10.1590/S1413-65382009000100003.

MALLMANN, Fagner Michel et al . A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 131-146, Mar. 2014 . https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100010.

MARTINS, Diléia Aparecida. Educação de surdos e educação inclusiva: reflexões sobre a aquisição (ou não) da língua brasileira de sinais. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 38, p. 443-444, Dec. 2007 . https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000300013.

MOTTA, Alexandre de Medeiros. **Metodologia da pesquisa jurídica: o que é importante saber para elaborar a monografia jurídica e o artigo científico?**. Tubarão: Copiart, 2012.

NUNES, Sylvia da Silveira et al . Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?. **Psicol. Esc. Educ.,** Maringá, v. 19, n. 3, p. 537-545, dez. 2015. https://doi.org/10.1590/2175-353920150193892.

OLIVEIRA, Terezinha et al. Escola, Conhecimento e Formação de Pessoas: considerações históricas. **Políticas Educativas – PolEd**, [S.l.], v. 6, n. 2, abr. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Poled/article/view/45662>. Acceso em: 19 mayo 2021

PEIXOTO, Renata Castelo. Algumas considerações sobre a interface entre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Língua Portuguesa na construção inicial da escrita pela criança surda. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 205-229, Aug. 2006. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622006000200006.

RIBEIRO, Camila Brito; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural. **Psic.: Teor. e Pesq.,** Brasília, v. 33, e3339, 2017. https://doi.org/10.1590/0102.3772e3339.

RODRIGUES, Ednalva Gutierrez; GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Descentralização da educação de surdos no Brasil e seus desdobramentos no Espírito Santo. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 229-243, 2017. DOI: 10.1590/s1517-9702201701154583.

SALES, Elielson Ribeiro de; PENTEADO, Miriam Godoy; MOURA, Amanda Queiroz. A Negociação de Sinais em Libras como Possibilidade de Ensino e de Aprendizagem de Geometria. **Bolema**, Rio Claro, v. 29, n. 53, p. 1268-1286, dez. 2015. http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v29n53a23.

SANCHES, Isabel Rodrigues; SILVA, Polliana Barboza da. A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia. **Rev. Port. de Educação**, Braga, v. 32, n. 1, p. 155-172, June 2019.

SILVA, Kleber Aparecido et al. **Direitos humanos e educação especial: a inclusão de alunos/as surdos/as no distrito federal. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 36, n. 4, 2020. http://dx.doi.org/10.1590/1678-460X2020360409

SILVA, Carine Mendes da et al . Inclusão Escolar: Concepções dos Profissionais da Escola sobre o Surdo e a Surdez. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 465-479, set. 2018. https://doi.org/10.1590/1982-37030002652017.

SILVA, Luis Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Período Científico Projeção e docência**, [s.l.n], dez. 2014.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique; SILVA, Renata Carolina da. Inclusão e processos de escolarização: narrativas de surdos sobre estratégias pedagógicas docentes. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 261-271, abr./jun. 2014 https://doi.org/10.1590/1413-737222245009.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação**, Pelotas, v. 36, p. 107-131, maio/agosto 2010. DOI:10.15210/CADUC.V0I36.1603

VARGAS, Jaqueline Santos; GOBARA, Shirley Takeco. Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física: uma perspectiva Vygotskiana. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 449-460, Sept. 2014. https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300010.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e prática em educação especial.** World Conference on Special Needs Education: Access and Quality, 1998. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.